

CULTURALISMO RACISTA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Alan dos Santos Souza ¹

Juliana da Costa Neres ²

Resumo:

Refletir sobre as construções vividas pode ser um caminho para compreender ações perniciosas que hoje vivemos. A análise da origem do paradigma “raça” até o denominado culturalismo vincula-se com as desigualdades sociais. Assim este artigo propõe uma discussão sobre as principais adaptações, mutações e reformulações das teorias raciais que semearam as desigualdades sociais e engendraram mitos como o da democracia racial no Brasil. Para tanto foi utilizado como basilares os estudos de Elisa Larkin, Lilian Schwars e Jessé de Souza. Evidenciamos as posições contraditórias, hora favoráveis e hora contrárias a miscigenação. Abordamos o conceito de identidade e apontamos o papel dos intelectuais(cientistas) da época como referência para a legitimação destas construções e a forma como estas afetaram(afetam) a identidade nacional com o objetivo da dominação ou perpetuação do poder.

Palavras-chave:

Culturalismo; Raça; Racismo; Desigualdade social

Introdução:

O estado brasileiro, mesmo que tardiamente, 488 anos após o descobrimento do Brasil, reconhece a diversidade presente na população brasileira, e na promulgação da “constituição cidadã” de 1988, assume um estado democrático baseado na cidadania e na dignidade do ser humano. Entretanto as raízes profundas do preconceito racial, ainda marcam a realidade por posturas subjetivas e objetivas pautadas no racismo e na discriminação dos povos afrodescendentes.

Muito fora forjado para justificar e naturalizar o lugar do negro, a exemplo da construção social do conceito de “raça” e da elaboração das teorias raciais, entre essas as que evidenciavam as diferentes raças humanas. As provas genéticas do Projeto Genoma Humano reforçaram que não existem diferenças genéticas entre brancos e negros, sepultando o conceito biológico de raça que se encontra desacreditado e condenado entre

¹ Mestrando da UNEB, PPG CRITICA CULTURAL. E-mail: alansouza007@yahoo.com.br

² Mestranda da UNEB, PPG CRITICA CULTURAL. E-mail: jullyalagoinhas@hotmail.com

³ Professora Doutora Assistente da UNEB. E-mail: pedrobeninho@yahoo.com.br

a atual comunidade científica.

A sociedade americana de antropologia diz que o conceito é obsoleto, perigoso e tóxico, que deve ser utilizado em situações específicas como na política e legislação (quando menciona-se a “igualdade racial”, ou “Estatuto da Igualdade Racial”). De forma que o termo “etnia” está contemporaneamente pacificado entre estudiosos e movimentos sociais. Contudo, no passado não distante a ciência argumentava o porquê de o negro ser inferior, de forma que as classes dominantes a tiveram como cúmplice (a ciência) na construção de políticas de dominação e que ainda hoje encontram-se presentes.

Um passo para compreender como perdura uma delas, o mito brasileiro da democracia racial, é a investigação “sob outro olhar” do que vivemos no passado. O que pode ser aprofundado por comparação aos dias atuais, e ao questionarmos conjuntamente se evoluímos socialmente, trazemos o professor Kabengele:

“O mito já desmoronou, mas no imaginário coletivo a ideia de que nosso problema seja social, de classe socioeconômica, e não da cor da pele, faz com que ainda subsista. Isso é o que eu chamo de “inércia do mito da democracia racial”. Ele continua a ter força, apesar de não existir mais, porque o Brasil oficial também já admitiu ser um país racista. Para o brasileiro é, porém, uma vergonha aceitar o fato de que também somos racistas.” (MUNANGA, 2012, p.1)

Temos acesso a dados e análises do próprio estado que apontam a existência das desigualdades sociais entre brancos e negros na educação, no trabalho e nas relações interpessoais que evidenciam o racismo. De acordo com Larkin (2003, p.113), a questão racial no Brasil encontra-se num estágio de larga desigualdades “[...] testemunho a comprovação estatística dos contornos raciais dessas desigualdades”.

A exemplo, a autora aborda dados mensurados pelo Ipea/IBGE sobre a concentração de renda no Brasil, de 1969 a 2000, e conclui que temos a terceira mais injusta distribuição de renda do mundo. Ainda explicita que nas estatísticas oficiais as categorias branca e parda são notoriamente inflacionadas e a preta diminuída, que embora a soma dos pretos e pardos representarem “48,5% da população, as estimativas atingem 70% a 80% ao levar em conta a distorção do termo denominado embranquecimento”. De forma que considerando a dimensão racial faz-se necessário a subestimação da população negra na leitura dos dados estatísticos brasileiros. Apesar dessa discrepância, ainda com os dados oficiais do Ipea/IBGE são demonstrados por Larkin (2003) que os afro-brasileiro instruídos ganham menos que os brancos com mesmo nível, que “80% das mulheres

negras estão empregadas em ocupações manuais e que as taxas de analfabetismos entre os afro-brasileiros são duas vezes maiores que entre os brancos”. Todos os dados estatísticos contemplados pela autora determinam que existe racismo, no Brasil, associado a desigualdades sociais.

No Brasil, persistem nas relações sociais traços da sociedade colonial escravista, marcada por uma estrutura hierárquica rígida, verticalizada; daí as diferenças serem transformadas em desigualdades, onde o outro não é reconhecido como sujeito de direitos. (CHAUI, 2000 apud LIMA, 2015)

No que tange ao conhecimento e educação das relações étnico raciais Silvia (2007) argumenta que para desencadear, executar, avaliar é preciso que se compreenda como processos de aprender e de ensinar têm se constituído na história de formação da nação. A autora justifica esse argumento com base nos seguintes princípios: “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações” (SILVIA, 2007, p.491).

Origem do termo “raça” e a teoria racial contraria a miscigenação

O termo “negro” é a expressão originária do regime escravista. A partir do desmonte do sistema escravocrata brasileiro, final do século XIX, já condenado por diversas nações (considere a influência externa sobre a política nacional de onde nasceram princípios de igualdade humana e liberdade advindos da revolução francesa), evidenciava-se o problema da mão de obra e de como reposicionar socialmente os ex-escravos.

É nesse cenário que emergem teorias até como o darwinismo, o positivismo e o evolucionismo. Com base nestas demonstraremos que o conceito de raça foi adaptado e ressignificado historicamente como propósito de dominação e perpetuação do poder.

Lilia Moritz (SCHWARCZ, 1993) cita Rousseau para definir a *perfectibilidade* como conceito chave na teoria humanista que determina a capacidade de superação humana, de aperfeiçoamento, de forma que o mesmo previa como a perfectibilidade é a origem da desigualdade social. Segundo a autora no processo de colonização de novos territórios surgem visões negativas da América a exemplo do naturalista francês Buffon, que toma o conceito de degeneração, conceito natural do direito, mas descaracteriza-o, a fim de mencionar alteração nas formas e estruturas biológicas e considerar espécies

inferiores.

A autora enfatiza a discussão histórica que ganha ênfase nos contextos monogenistas (ideologia bíblica que acredita ser a humanidade una) e poligenista (divergência do pensamento monogenista que surgiu nos meados do século XIX com o desenvolvimento das ciências). O poligenismo defendia vários centros de criação que correspondiam às diferenças raciais observadas.

“A divisão institucional explicitava, portanto, diversidades fundamentais na definição e compreensão da humanidade. Enquanto as “sociedades antropológicas” pregavam a noção da imutabilidade dos tipos humanos” - e no limite das próprias sociedades os estabelecimentos “etnológicos” mantinham-se fiéis à hipótese do “aprimoramento evolutivo das raças” (SCHWARCZ, 1993, p.54)

Segundo Skidmore (1976) a poligenia pregava a inferioridade das raças – indígena e negra – pela comparação com suas diferenças físicas, e estas eram resultados direto da sua criação como espécies distintas.

A disputa entre poligenista e monogenistas foi se extinguindo em 1859, após Charles Darwin publicar *A origem das espécies*. O cientista inglês demonstrou que os organismos vivos tendem a produzir descendentes ligeiramente diferentes dos pais, e a seleção natural favorece os que se adaptam melhor a natureza devido a propriedades que os tornam mais aptos a sobreviverem. Assim estes seres vivos, evoluem e transmitem as características aos seus descendentes. De forma que Darwin concluiu que na vida biológica (da fauna e flora) os que não se adaptavam ao meio ambiente seriam extintos.

Destes estudos surgiram diversas interpretações e conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedades contempladas em *A origem das espécies* e desviados da biologia para variados ramos do conhecimento: psicologia, sociologia, linguística e em tanto outros ramos do conhecimento.

Darwin se preocupava, mesmo na sua época, com a intenção de outros cientistas ao desviar da biologia os termos e conceitos de seus estudos para outras áreas sociais. E quando questionado a fazer qualquer comparação entre sua teoria e o meio social, o autor exclamava sua insatisfação: “*se a miséria de nossos pobres não é causada pelas leis da natureza, mas por nossas instituições, grande é a nossa culpa!*”.

De forma que as duas correntes assumiram novas interpretações evolucionistas, as quais atribuíram ao conceito de raças conotações políticas e culturais: Nesta versão poligenista que os antropólogos, darwinistas sociais, atribuíram na diferença das raças a

personificação do mestiço, como “degeneração” advinha com o argumento do cruzamento das espécies.

“Enquanto Broca defendia a ideia de que o mestiço, à semelhança da mula, não era fértil, teóricos deterministas como Gobineau e Le Bon advogavam interpretações opostas, lastimando a extrema fertilidade dessas populações que herdavam sempre as características mais negativas das raças em cruzamento” (SCHWARCZ, 1993, p. 56).

A autora demonstra, na tese poligenista, que as raças humanas quando “espécies diversas” deveriam evitar a hibridização (fundamentada na não transmissão de caracteres adquiridos), utilizou na ótica darwinista e nas leis da natureza o pensamento de degeneração social para fundamentar a ideologia de “civilização” e “progresso”. Esses termos foram frequentemente cunhados por evolucionistas sociais para categorizar as culturas desenvolvidas como modelos universais.

Essa teoria das raças (contrária a miscigenação) condenava as relações raciais (atribuindo a miscigenação o sinônimo de degeneração), assim era contra todo tipo de cruzamento e enaltecia os “tipos puros”. Esse conhecimento construído sobre “raças” possibilitou a submissão e/ou extermínio de raças inferiores, e subsequente criação do termo eugenia (eu=boa, genia=geração) em 1883, e embasou a “ciência” social na compreensão das leis da hereditariedade humana que se preocupava com uniões saudáveis e nascimentos desejados.

A eugenia utilizou o termo degeneração para argumentar a construção a ideia de uma nação pura, que levasse a civilização e ao progresso. E traça um sentido único para uma “perfectibilidade” possível que é a ausência da mestiçagem, típica das “raças civilizadas”.

A “recepção” das teorias raciais no Brasil

As teorias racistas foram adaptadas pelos cientistas brasileiros no século XIX, entre eles, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e João Batista Lacerda. Nina Rodrigues, psiquiatra maranhense, fundador do Instituto de Medicina Legal na Bahia, um dos antropólogos mais importantes da época, reforçava o pensamento europeu e não via a mistura das raças como algo positivo para o Brasil, segundo Da Matta (apud SCHWARCZ, 1993) “as características raciais inatas afetavam o comportamento social e deveriam ser levadas em conta por legisladores e autoridades policiais”. Assim Nina

Rodrigues, defendia que a raça negra não poderia ter tratamento equivalente à raça branca, e detectou a inferioridade do africano a partir de seus parâmetros científicos, em seu trabalho de medicina legal.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o termo “raça” estava associado ao holocausto contra Judeus na Europa, o que causou repúdio generalizado (diferente do genocídio aos povos africanos), contudo qualquer associação a diferenças raciais deveria ser extinta. Em tempo que caia o embasamento científico ao categorizar “raça” como conceito biológico.

Para Nascimento(2003) as associações aos termos “raças foram reelaboradas na tentativa da invalidade científica da divisão da espécie humana em raças, numa tentativa de serem mero resquício de uma etapa triste e já vencida na evolução do pensamento humano”. Contudo, essa operação de relegação da categoria “raça” não conseguiu eliminar os efeitos discriminatórios, perversos e contínuo sobre os povos que os atinge.

“[...] o que sobressai ao contemplarmos o conceito de raça como categoria socialmente construída é sua plasticidade, mutabilidade e diversidade de expressão e configuração entre um contexto social e outro, ao longo de tempo e diante das transformações sociopolíticas, culturais e econômicas ocorridas no decorrer da história” (NASCIMENTO 2003, pág45, apud CHRI, 2000).

A autora alerta sobre a operação racista no Brasil a exemplo dos países com a denominação “Latina” (atribuída às nações colonizadas pelos europeus latinos e demonstra o efeito psicológico profundo de enfatizar quem exerce a dominação), e por meio de uma ideologia, com uso do método científico, conseguiu quase por encanto encobrir a realidade de discriminação racial. Assim a categoria “raça” não classificaria socialmente os indivíduos pela sua origem (critério de classificação dos norte-americanos) mas sim pela sua cor, ou fenótipo ou como cita Larkin pela “marca”.

Dessa forma cria-se uma escala hierárquica (que nada tem a ver com a raça) onde a cor preta correspondente a aparência e é a que teria menos valor. Seguindo o raciocínio que a cor dos mestiços seria inferior a branca. Esse processo de desracialização que coloca os afrodescendentes nos degraus mais baixos da pirâmide social, embasado no supremacismo branco, é denominado pela autora como “o sortilégio da cor” e o grande feito, do sortilégio da cor foi a substituição explícita do termo “raça”

por “cor” que permitiu uma falsa construção de uma ideologia antirracista utilizada mais uma vez no sistema de dominação racial.

O projeto de eliminar o termo “raça” e seus derivados não apagou o racismo dos espaços sociais nem apagou do senso comum a construção mental e social denominada por Nascimento (2003) de “raças simbólicas”. A categoria etnia aborda a dimensão do aspecto cultural coerente com as determinações, provas científicas, que não existem raças biológicas, contudo os grupos humanos que se remetem a origem geográfica (África, Ásia, Europa, América) evidenciam os aspectos da aparência física e quando estão em vivência comum, como o que vemos recentemente na Europa e EUA, são levados ao tratamento racializado devido a sua cultura:

“...Esse processo torna a própria cultura algo fixo, essência e “natural”, parecendo-se com noção biológica de raça, a distinguir um grupo e justificar sua subordinação. (NASCIMENTO,2003, p. 48)”

Embranquecimento – a teoria racial a favor da miscigenação

Segundo Nascimento (2003) o patrimonialismo (doutrina baseada na troca de favores, doações e benefícios dos submissos súditos para sustentar os privilégios dos governantes) é um dos pilares que sustenta atualmente as desigualdades sociais e raciais no Brasil.

“... Hélio Santos demonstra que a natureza da abolição da escravatura no Brasil foi o componente essencial a determinar a natureza circular da cadeia de fatores interligados que causam e caracterizam a exclusão histórica dos afro-brasileiros.” (NASCIMENTO,2003, p.124)

Conforme citamos anteriormente, Nina Rodrigues, no Brasil, foi um dos pioneiros dos estudos sobre o negro, sendo sua nefasta contribuição “de degeneração” da espécie a força impulsionadora da inferioridade dos afro-brasileiros que ditou a necessidade de “limpar a raça”.

“[...] para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural” uma vez que “até hoje não se puderam os negros constituir em povos civilizados”. Por isso, “a raça negra no Brasil há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”. (NASCIMENTO, apud, NINA RODRIGUES, 1945:24, 28, p.125).

Nascimento cita Azevedo,1987, para enfatizar que em 1872 o país possuía a imensa maioria da população afrodescendente da população. E com a iminência da abolição da escravatura a elite dominante se apressou desesperadamente a construir uma

nova política pública destinada a apagar a “mancha negra” e purificar racialmente a nação.

Diante da necessidade de construir uma nação civilizada tornava-se essencial “embranquecer” o país, contudo a teoria vigente era a degenerescência, do racismo biológico adaptado por Nina Rodrigues, com força na degradação da espécie pela mistura racial. Assim a nova teoria racial nascia com propósito de diluir a base inferior social, que exaltasse a mistura racial, “embranquecimento” e a continuidade da prevalência do elemento superior, do branco. Essa política foi construída em duas vertentes: imigração europeia em massa, e a subordinação da mulher.

Neste processo de “melhorar a raça” os relacionamentos inter-raciais passaram a ser estimulados e os papéis da mulher se resumiam a branca para manter a “pureza” da raça, negra para o serviço doméstico e disponibilidade obrigatória ao sexo.

” ...ao contrário do que sugere o popular ditado sobre “casar com branco para melhorar a raça”, a norma dos relacionamentos inter-raciais que produziam o embranquecimento era a mancebia da mulher afrodescendente. O princípio orientador do processo de branqueamento se resume no ditado “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (NASCIMENTO apud, Freire, 1966, p.126).

E a alegação para a imigração europeia veio da “falta de mão de obra qualifica” justificada mais uma vez pelo nefasto Nina Rodrigues ao discursar sobre “a bem conhecida incapacidade de um trabalho físico continuado e regular dos negros, fato que tem sua explicação natural na fisiologia comparada das raças humanas” (NASCIMENTO, 2003, p. 127). O que soa como ironia se considerarmos os quatro séculos de trabalhos escravizado. “Nesse contexto, entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus chegaram ao estado de São Paulo, 64% com passagem paga pelo governo estadual” (NASCIMENTO 2003, apud ANDREWS, 1992). E os europeus, “mais desejáveis” chegavam em prol da melhoria da nação contra os preguiçosos, desqualificados, desordeiros que majoritariamente compunha a nação, na visão eurocentrista os africanos passaram a ser estrangeiros. E a elite escravocrata criava uma nova identidade para o país.

Identidade racial e identidades

Partindo do pressuposto que as teorias raciais operaram diversas funções de

dominação, psicológica, física, geográfica cito entre elas a de desumanização dos povos dominados por meio da destruição da(s) identidade(s), como elucidado na passagem:

“o racismo como fenômeno que desumaniza pessoas e marca estruturalmente a distribuição desigual de acesso a oportunidades, recursos, informações e poder no cotidiano, na sociedade e nas políticas de Estado – fenômeno esse que é revelado por diversas estatísticas de institutos de pesquisa e denunciado por movimentos de mulheres e homens negros, entre outros movimentos sociais”. (CARREIRA, 2013, p.11)

As identidades podem ser associadas a “raça” quando se interligam a um grupo de indivíduos e uma origem comum. A identidade descreve a coletividade afro-brasileira, define um grupo social, aponta a origem geográfica. A definição de raça para Vallois (1966) é: “agrupamento natural de homens, que apresentam um conjunto de caracteres físicos hereditários comuns, quaisquer que sejam, por outro lado, as suas línguas, os seus costumes ou as suas nacionalidades”.

No Brasil, o movimento negro reivindicou e denominou o termo *afrodescendente*. Ao apontar a identidade racial, num contexto global, esse termo busca interseccionar a origem da população africana em todos os lugares do mundo sem basear-se no fundo biológico e que agregue a concepção cultural e histórica dos africanos.

Para a professora Maria Nazaré Mota este conceito é ligado a ancestralidade e resistência, mas pode ser tomado em diversos sentidos:

“[...] sobressai o fato de que uma pessoa não possui uma única identidade, fixa, imutável. A identidade, a rigor, são identidades, múltiplas, complexas, convivendo num contexto de diversidade étnica, racial, de gênero, sexualidade, regionalidade. Essas dimensões identitárias coexistem numa só pessoa e se estruturam a partir de relações de poder estabelecidas nas práticas sociais. (LIMA, 2015, pág. 40 a 41)

A autora, com base em estudiosos pós-coloniais, destaca que foi nos transmitido(ensinado) a ideia que cada pessoa possui uma identidade, uma personalidade única. De forma que essa concepção individualizante é redimensionada para um conceito dinâmico, mutável. E dessa forma conclui que para perfilar uma identidade racial negra é preciso associar os aspectos de gênero, sexuais, de classe, de geração que coexistem e interseccionam nos indivíduos.

Assim a identidade é a dinâmica entre a constituição do indivíduo e seu meio social em que ambos vão se constituindo mutuamente.

“Nesse processo, o indivíduo articula o conjunto de referenciais que orientam

sua forma de agir e de mediar seu relacionamento com os outros, com o mundo e consigo mesmo. A pessoa realiza esse processo por meio de sua própria experiência de vida e das representações da experiência coletiva de sua comunidade e sociedade, apreendidas na sua interação com os outros. A identidade coletiva pode ser entendida como o conjunto de referenciais que regem os inter-relacionamentos dos integrantes de uma sociedade...” (NASCIMENTO, 2003, p. 31)

De forma que Nascimento (2003) destaca a importância dos movimentos sociais e reconhece-os como protagonistas do desenvolvimento humano individual e coletivo. E no mundo globalizado a identidade tem papel de agente social, “a identidade tem a ver com tremendas lutas de poder”. De forma que fundamenta a importância da identidade com o papel que esta representa para as populações excluídas.

Culturalismo e culturalismo racista

O professor e sociólogo Souza(2017) corrobora com o pensamento de que precisamos desconstruir a legitimação do que já está naturalizado. Em seu livro *Elite do atraso*, o autor aborda a escravidão e o patrimonialismo como a semente das desigualdades sociais, em especial no capítulo *O racismo de nossos intelectuais: o Brasileiro como vira latas*, que evidencia o poder como a questão central da sociedade, e o uso de ideias dominantes e as interpretações sobre a corrupção com foco no papel dos intelectuais e da mídia dominante.

Por conta disso, temos que examinar de que modo “a interpretação dominante” do país ajudou e pavimentou o trabalho sujo da mídia de distorção sistemática da realidade. Sem essa ajuda dos intelectuais mais respeitados entre nós, que produziram uma interpretação falsamente crítica de nossa realidade, a mídia não poderia ter feito seu trabalho de modo tão fácil e que penetrou tão profundamente no imaginário da população (SOUZA, 2017,p.13)

De forma análoga a Elisa Larkin, Jessé Souza busca entender o presente analisando a gênese da nossa sociedade, reconstruindo os elementos que a estruturaram. Fundamenta-se no conceito de paradigma, “é o horizonte histórico que define os pressupostos para qualquer tipo de conhecimento” e cita exemplos nas ciências exatas, humanas e sociais de como os paradigmas foram criados e alterados com o avanço real do conhecimento. Demonstra assim como a percepção da sociedade poder ser dominada por uma interpretação embasada no caráter científico de quem produz o conhecimento.

O autor considera o racismo como um paradigma, e reforça que até a segunda década do século XIX o racismo era determinado pela cor e pelas características físicas.

De forma que esse racismo denominado outrora de fenotípico “esclarecia” o desenvolvimento entre os povos. Contudo as críticas sobre essa explicação levaram os cientistas a darem ênfase em uma explicação do comportamento humano relacionado com seu estoque cultural herdado. Assim “o culturalismo tornou-se uma espécie de “senso comum internacional” para a explicação das diferenças sociais e de desenvolvimento relativo no mundo inteiro”(SOUZA, 2017, p.16). Nesse contexto o autor enaltece o culturalismo quando se associa a teoria da modernização após a segunda guerra, de forma que as sociedades ricas(EUA) se tornaram o modelo a ser atingido pelas pobres. E novamente a mídia tem papel decisivo na reprodução de como todo esse conhecimento é alcançado, mas defende que a mídia não produz conhecimentos. Estes são conhecimentos considerados primários, “é sempre produto de especialistas treinados” (SOUZA, 2017, p.17). E deduzimos que os cientistas são estes especialistas treinados, produtores do conhecimento tido como científico.

[...]Minha segunda tese, nesse contexto, é a de que o paradigma culturalista é, na verdade, uma falsa ruptura com o racismo científico “racial”. E minha terceira tese é a de que as ciências sociais dominantes no Brasil repetem esse mesmo esquema e esse mesmo falso rompimento com o “racismo científico” da cor da pele. (SOUZA, 2017, p.17)

Encontramos o conceito de escala hierárquica de atribuições sociais, que aqui citamos anteriormente, por Elisa Larkin, ao referenciar o que foi o sortilégio da cor (a troca do termo raça por cor) atribuído também por Jesse de Souza ao citar que onde existe racismo no culturalismo, e que este se fundamenta na classificação dos seres humanos entre primeira e segunda classe. Essa hierarquia é idêntica ao racismo fenótipo, legitima-se a superioridade inata, mas segundo o autor ainda é pior, “Ao substituir a raça pelo estoque cultural, dá a impressão de cientificidade, reproduzindo os piores preconceitos” (SOUZA, 2017, p.18). Assim o culturalismo tem a mesma finalidade do racismo da cor, atribuir superioridade a alguém que merece por isso estar em uma situação de dominação legítima. Pode-se pensar a superioridade em posições locais como as infundadas construções como “baiano é preguiçoso”, “nordestino não sabe votar” ou num contexto mais amplo, na esfera da política internacional, a exemplo, o sociólogo aborda o que vivenciamos diante das evidências de corrupção no país e faz uma analogia das políticas públicas referente a Petrobras no cenário nacional, que é mais fácil expropriar(em referência as empresas multinacionais) as riquezas de povos que se acham inferiores e desonestos.

Considerações finais:

A investigação sobre a origem do conceito de raça, estipulado pelas teorias raciais como conceito biológico, no século XIX, nos permite compreender a dimensão da manipulação que criaram a ideia da democracia racial. Contrapõe-se a isso a presença forte do racismo na sociedade, fato associado as desigualdades sociais. Para a atuação adequada das relações étnicas raciais tornam-se essenciais a investigação e difusão das teorias raciais vivenciadas, que a partir do modelo Europeu, influenciaram o pensamento racial brasileiro e foram adaptadas pelos nacionais homens da ciência sob o engodo da civilização (teoria da modernização) para a necessidade das elites em se manterem no poder.

Nessa perspectiva descortinam-se reflexões necessárias sobre as relações raciais que permitam aos excluídos da sociedade, assumirem posturas favoráveis (a exemplo das ações afirmativas) em confronto com as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica impôs em consonância com possibilidades de engajamento para desconstruir o mito da democracia racial.

Nas relações interpessoais o racismo prejudica a autoconfiança e autoestima de negros, impede construções de respeito, de reconhecimento, de solidariedade entre as pessoas. Assim são os princípios elencados pela Resolução CNE/CP 1/2004, que objetivam nas relações étnicas a promoção de aprendizagens para o exercício da cidadania ativa. E nesse contexto, homens e mulheres protagonizem o exercício da igualdade e direitos, que entendam as posições sociais hierárquicas forjadas, que conheçam e assumam as diferentes identidades (nacional, étnico-racial, pessoal).

O culturalismo substitui o racismo fenótipo com diversas vantagens, não obstante é um mecanismo genuíno dos americanos, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, sob a teoria da modernização. Seu lastro mais simbólico do que material, foca-se em formar opiniões “científicas” e “legitimadas” com a atuação de cientistas e da mídia dominantes.

As leituras e reflexões provocadas por Elisa Larkin, Lilian Schwars e Jessé de Souza são um retrato e diagnostico do que vivemos e vivenciamos sob o efeito da colonização. Abarcam possibilidades de enxergar como se estabeleceram assimetrias na sociedade. Evidencia com isso a impossibilidade do esgotamento destas questões, pelo contrário sugere uma extensa investigação sobre as raízes da sociedade.

Referencias:

CAVALLEIRO, Eliane. DO SILÊNCIO DO LAR AO SILÊNCIO ESCOLAR: RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. São Paulo: Contexto, 2000.

CARREIRA, Denise. INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA/ Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. - - São Paulo : Ação Educativa, 2013.

IBGE. Mapa do mercado de trabalho no Brasil

www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9483-mercado-de-trabalho.html?&t=downloads

LIMA, Maria Nazaré Mota de. RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA ESCOLA: O PAPEL DAS LINGUAGENS. 1. ed. Salvador: EDUNEB, 2015. 134 p. v. 1.

MUNANGA, K. a educação colabora para a perpetuação do racismo. **Revista Carta Capital**, 2012. disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-educacao-colabora-para-a-perpetuacao-do-racismo>

Acesso em 30 abril de 2018

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O SORTILÉGIO DA COR - IDENTIDADE, RAÇA E GÊNERO NO BRASIL. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL. (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Martiniano Jose da. RACISMO A BRASILEIRA. 4ª Edição. P343 a 359. Editora Anita Garibaldi, 2009.

SILVA, Petronilha B. G. APRENDER, ENSINAR E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS NO, 2007. p. 489-506. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), , set./dez. 2007.

Disponível em:

<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/2745/2092>

Acesso em 30 abril de 2018

SOUZA, Jessé. A ELITE DO ATRASO: DA ESCRAVIDÃO À LAVA JATO. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VALLOIS, Henri-V, AS RAÇAS HUMANAS. Tradução: Y. Leite. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia, 1966..